



PATRÍCIA DE CÁSSIA RODRIGUES

**INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA
DE UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS**

LAVRAS-MG

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

**INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA
DE UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS**

LAVRAS-MG

2021

Aos meus pais Rita de Cássia e Marco Antonio pelo apoio em todas as etapas e por serem meu exemplo de vida.

Ao meu esposo Wagner e minhas filhas Isabela e Gabriela por estarem sempre ao meu lado e por serem minha inspiração.

A minha irmã Rafaela que me apoiou, me assistiu e me incentivou em todos os momentos e ao meu irmão Marcos Gabriel que foi um grande incentivador.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por ter me dado saúde e forças para realizar este curso de graduação.

Aos meus pais por estarem me incentivando a sempre continuar.

Ao meu esposo e minhas filhas por estarem sempre ao meu lado em todas as etapas do curso.

Aos meus irmãos que me incentivaram a continuar.

Ao meu orientador José Edemir da Silva Anjo por ter me orientado, incentivado e me mostrado o caminho.

Ao Programa de Graduação em Administração Pública.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Muito obrigada!

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria, se aprende é com a vida e com os humildes.” (Cora Coralina)

RESUMO

O trabalho em questão, traz consigo o assunto sobre a inclusão social na educação infantil da rede pública, ele se configura, com uma pesquisa descritiva, que tem como objetivo geral analisar a inclusão social e escolar na modalidade de Educação Infantil da rede pública de um município do Sul de Minas Gerais. Justifica-se o presente estudo por entender que a inclusão é o centro de uma sociedade, onde se deve acolher as diferenças, seguindo uma concepção de que a escola independentemente de qualquer coisa deve acolher a todos não levando em consideração suas condições intelectuais, físicas, emocionais e sociais. Para alcançar os resultados foi realizada uma pesquisa descritiva com trabalhadores da área de educação que tenham contato direto com crianças com deficiência para conhecer as dificuldades dos alunos e dos servidores. Com isso, a educação de crianças com deficiência assume, um grande papel perante a sociedade a cada ano, incluindo as crianças deficientes ao convívio com as outras, com os mesmos direitos, e faz com que as demais crianças ao redor tenham convívio e saibam conviver com as diferenças desde cedo. Assim, atendendo uma sociedade em processo de renovação com acesso à informação, e ao conhecimento que é primordial para a formação cidadã. Após análise das respostas obtidas entendo que a educação inclusiva no município escolhido para a realização da pesquisa está caminhando, mas ainda falta muito para se conseguir uma educação inclusiva de qualidade, os profissionais da educação clamam por mais especialização e por mais interesse e recursos por parte da gestão pública.

Palavras-chave: Educação Infantil; Inclusão; Gestão Escolar; Educação inclusiva.

ABSTRACT

The work in question brings with it the subject of social inclusion in early childhood education in the public network, it is configured, with a descriptive research, which aims to analyze social and school inclusion in the modality of early childhood education in the public network of a municipality in the south of Minas Gerais. This study is justified by understanding that inclusion is the center of a society, where differences must be welcomed, following a conception that the school, regardless of anything, should welcome everyone, not taking into account their intellectual and physical conditions, emotional and social. To achieve the results, a descriptive research was carried out with workers in the area of education who have direct contact with children with disabilities to learn about the difficulties of students and servers. With this, the education of children with disabilities assumes a great role in society every year, including children with disabilities to socialize with others, with the same rights, and makes the other children around to have contact and know how to live together. with the differences early on. Thus, serving a society in the process of renewal with access to information and knowledge that is essential for civic education. After analyzing the responses obtained, I understand that inclusive education in the municipality chosen for the research is progressing, but there is still a long way to go to achieve quality inclusive education, education professionals are clamoring for more specialization and more interest and resources. of public management.

Keywords: Early Childhood Education; Inclusion; School Management; Inclusive Education.

LISTA DO GRÁFICO

Gráfico 1 -	15
Gráfico 2 -	16
Gráfico 3 -	16

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVOS.....	12
3. JUSTIFICATIVA.....	13
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
4.1. Inclusão Social na Educação.....	15
4.2. Gestão Escolar.....	18
5. METODOLOGIA.....	20
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
6.1. O Perfil do Profissional de Atendimento Especializado em Inclusão Social na Educação Infantil de uma cidade do Sul de Minas Gerais.....	23
6.2. A Relação da Inclusão Social na Educação.....	24
6.3. A Relação com a Inclusão Social na Sociedade.....	25
6.4. As Práticas de Desenvolvimento e Inclusão Social na Escola.....	26
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
8. REFERÊNCIAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

“Inclusão social” e “educação inclusiva” são expressões que ganharam destaque nos últimos anos e pode ser entendida como uma situação em que é necessário um entendimento por parte do aluno com deficiência, para que ele possa ser incluído, e assim, passe a pertencer à escola e fazer parte integrante dela". Porém infelizmente, sabe-se que os direitos constitucionais dessas pessoas não estão sendo respeitados, pois, a capacitação de professores para receber os alunos com deficiência é escasso.

A educação para inclusão acaba sendo um grande desafio para muitos, devido ao preconceito que ainda existe na sociedade atual. Desde o início as crianças devem ser ensinadas a aceitar as diferenças, pois é a partir deste princípio que a inclusão social e escolar acontece. Deve sempre existir um contato direto da escola com a sociedade, pois tudo que acontece em um reflete no outro, esses quesitos devem andar juntos para que a inclusão social aconteça. Mas também não são só esses dois quesitos, é essencial que os órgãos públicos, professores, administradores das escolas, e todos aqueles que estejam envolvidos na vida social da criança, estejam sempre aptos a inclui-lo na sociedade, pois é a partir do respeito que a inclusão acontece a todos.

Inclusão de pessoas com deficiências nas instituições educativas no contexto brasileiro, principalmente após a lei da inclusão (BRASIL, 2015), tem gerado inúmeras discussões. Entretanto, diante da necessidade, cada vez mais intensa, de se compreender os meandros da inclusão no Brasil e como ela pode ser efetivada com qualidade, observamos o papel da gestão escolar nesse processo.

A política de inclusão escolar é definida conforme a declaração de Salamanca (Espanha,1994), advoga a colocação, no ensino regular dos portadores de necessidades educativas especiais, entretanto as políticas públicas bem como as instituições escolares não têm contemplado em suas propostas pedagógicas as diversidades, nem, um projeto político pedagógico comprometido com o enfrentamento da realidade.

Deste modo, este trabalho tem como intuito adquirir informações e analisar a inclusão social e escolar na modalidade de Educação Infantil da Rede Pública no Brasil. Procurando entender como são feitas as adaptações nas escolas e se elas estão preparadas para receber os portadores de deficiências. Apesar das escolas terem um discurso de aceitação à diversidade, não modificam sua prática para dar conta das especificidades de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos.

Também é necessário saber a formação que os professores obtêm, pois muitas das vezes eles sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com deficiência na sala de aula, devido serem agentes de transformação social, eles também são influenciados pelo meio social em que vivem e podem trazer consigo uma bagagem social que orientarão na inclusão educacional, que pode não corresponder com as expectativas dos alunos como foco principal. Os professores regentes (de classe) devem obter orientação e assistência, para que possa ocorrer a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular com apoio especializado.

Segundo o documento do Estatuto da criança e do Adolescente, Art. 15:

[...] à criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e a dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento...” e continua no art. 53: “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa (...) assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola...”. Afirma a constituição brasileira, no Art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família...” e no Art. 208, inciso 111: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Assim, acima de tudo, a questão da inclusão deve ser vista como um direito constitucional.

E a contribuição que o poder público dá, pois, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado que ofereça aos professores orientação e assistência. Tudo isso é necessário para o crescimento do movimento de inclusão social no país. Mas além do que foi apresentado fica claro que não se pode ignorar que a escola, embora detenha capital importância na vida da sociedade, é apenas uma dentre várias outras instituições sociais onde a inclusão deve estar. Aliás, deve possuir o domínio básico de fundamentos que aprimorem a aproximação de crianças com deficiência, no sentido de inclui-las, tendo recursos para atuarem pedagogicamente.

A partir disso, os resultados apontaram as dificuldades para que a gestão escolar inclusiva, engajada em um projeto educativo humanizador, possa ser efetiva. No entanto, alguns aspectos direcionam a gestão escolar a possíveis caminhos para a inclusão. Dessa forma, consideramos que o estudo necessite ter continuidade, inclusive para que haja maior abertura ao diálogo sobre o tema, a fim de propor soluções para os distanciamentos entre teoria e prática em inclusão escolar.

2. OBJETIVOS

Geral

- Analisar a inclusão social e escolar na modalidade de Educação Infantil na rede escolar municipal de um município sul mineiro.

Específicos

- Compreender o processo de capacitação profissional em relação a formação dos professores e a rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendam as crianças deficientes;
- Identificar como ocorre o processo inclusão social na modalidade de Educação Infantil na rede escolar municipal de um município sul mineiro;
- Identificar as ações e políticas públicas educacionais na gestão escolar voltadas para inclusão Social na rede escolar municipal de um município sul mineiro.

3. JUSTIFICATIVA

A inclusão é o centro de uma sociedade, onde se deve acolher as diferenças, seguindo uma concepção de que a escola independentemente de qualquer coisa deve acolher a todos não levando em consideração suas condições intelectuais, físicas, emocionais e sociais. Ela vem a ser compatibilidade abordada no desenvolvimento de todas as pessoas em uma socialização, obtendo acesso igual em qualquer parte da vida, não somente durante a vida infantil, permitindo assim relações de respeito e aceitação as diferenças.

A inclusão escolar é parte importante desse processo e deve oferecer o principal que é educação de qualidade para todos, evitando qualquer discriminação. Mas infelizmente numa dinâmica escolar da rede pública os professores enfrentam grandes dificuldades já que a divergência e metodologias utilizadas na prática, alteram a dinâmica nas salas de aula, o que traz dificuldades ao professor, devido essa falta de aptidão dele, as crianças com deficiência nas escolas públicas, na prática da educação inclusiva, acabam não acontecendo, sendo apenas um documento paralelo.

A sociedade tem barreiras que infelizmente separaram a escola comum dos alunos com deficiência, existem vários obstáculos, entre eles a estrutura física que muitas escolas públicas ainda não atendem as necessidades de cada aluno, mas o mais difícil deles é a barreira do preconceito que ainda existe nos dias atuais, e para isso ser quebrado é necessário que a escola entre num processo da inclusão escolar e social.

Independente das dificuldades enfrentadas no sistema público, a escola precisa se adequar as necessidades de cada criança, de maneira que a educação ocorra com qualidade a todas elas. Sabe-se que ainda a prática não é efetiva que se tem muito a fazer, mas é importante que cada um saiba lidar, e esteja preparado, no caso dos professores para enfrentar o desafio da educação inclusiva, sabendo que não é somente inclusão nas escolas, mas em todo meio social.

De acordo com a Declaração de Salamanca (Espanha,1994), é direito da criança ter acesso à educação e este ser de qualidade garantindo o aprendizado. O sistema educacional e seu programa deveria ser implementado levando em conta a vasta diversidade de alunos bem como suas características e necessidades. Todos com necessidades especiais devem ter acesso a escola regular e que tenha as atividades pedagógicas centradas na criança, sendo assim capaz de satisfazer suas necessidades. As escolas regulares que atendam com satisfatoriedade

as necessidades de todos os alunos são consideradas o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias construindo uma sociedade inclusiva.

Um ponto que tornou essa pesquisa mais atrativa foi o fato de que escolas particulares têm maiores dificuldades em aceitar alunos deficientes ficando a grande maioria sob responsabilidade da rede pública. Uma vez que redes particulares de ensino têm maiores e melhores condições para atender as pessoas com deficiência, mas na grande maioria optou por não fazer, pois os gastos com professores de apoio, material didático deve ficar a cargo da instituição de ensino, não podendo cobrar a mais pelo atendimento a tais crianças.

Conforme recomendação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte, 2019), a rede particular de ensino deve garantir um ensino inclusivo, assegurando aprendizado e desenvolvimento das potencialidades de todos os alunos, também não pode cobrar a mais, nenhum valor, conforme determinações previstas na lei 13.146/2015, LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. Inclusão Social na Educação

A Educação inclusiva entende-se por Educação especial no convívio escolar e modifica a escola em um espaço para todos. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver (CARVALHO, 2005). Beneficiando a diversidade de cada criança que podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Segundo Alonso (2015), educação inclusiva significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar, essa opção por este tipo de educação não significa negar as dificuldades dos estudantes, pelo contrário, com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças.

É necessário apresentar métodos de alcance com coerência e sistemática para o processo de educação inclusiva, considerando a diversidade de aprendizagem e seu direito equivalente, mas o desafio maior é ressaltar uma maior empatia das pessoas com a diversidade sem ignorar o comum entre cada um. Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo. (Declaração de Salamanca, 1994).

No entanto, o fato de esses alunos estarem no mesmo ambiente com os demais não quer dizer que estejam incluídos, realmente, no contexto escolar. A inclusão implica práticas escolares que favoreçam relações significativas dentro da perspectiva de aprendizagem colaborativa (Thousand & Villa, 1991), capazes de remover as barreiras ao acesso e à participação dessas pessoas na aprendizagem e na sociedade (Santos, Souza, Alves & Gonzaga, 2002).

CHALITA (2001, p.17) diz que não se experimenta para a educação nenhuma célula social melhor do que a família. Qualquer projeto educacional sério depende da participação familiar: em alguns momentos, apenas do incentivo; em outros, de uma participação efetiva ao aprendizado, ao pesquisar, ao valorizar a preocupação que o filho traz da escola.

No que se refere aos diretores, cabe a eles tomar as providências – de caráter administrativo – correspondentes e essenciais para efetivar a construção do projeto de inclusão (Aranha, 2000). Para Ross (1998), o diretor de escola inclusiva deve envolver-se na organização de reuniões pedagógicas, desenvolver ações voltadas aos temas relativos à acessibilidade universal, às adaptações curriculares, bem como convocar profissionais externos para dar suporte aos docentes e às atividades programadas. Além disso, o administrador necessita ter uma liderança ativa, incentivar o desenvolvimento profissional docente e favorecer a relação entre escola e comunidade (Sage, 1999; Reis, 2000). Gomes (2009, p. 47) diz que “[...] a escola será um espaço inclusivo se, nela, todos forem atores e autores. Os pais devem compor esse cenário.”

Diante da orientação inclusiva, as funções do gestor escolar incluem a definição dos objetivos da instituição, o estímulo à capacitação de professores, o fornecimento de apoio às interações e a processos que se compatibilizem com a filosofia da escola (Schaffner & Buswell, 1999), e ainda a disponibilização dos meios e recursos para a integração dos alunos com necessidades especiais (Marchesi & Martín, 1995). Assim, a ação dos administrantes escolares pode ser de grande serventia na tarefa de construir uma escola completa para acolher a todos os alunos, sem discriminação. Afinal, segundo Lück (2009, p. 21), “[...] os alunos são as pessoas para quem a escola existe e para quem deve voltar suas ações, de modo que todos tenham o máximo sucesso nos estudos que realizam para sua formação pessoal e social.”

Embora Reis (2000) aponte que muitas vezes a prática do diretor, nas escolas brasileiras, é dificultada pelas exigências das atividades burocráticas e administrativas, esse profissional precisa ser atuante, promovendo ações que envolvam o acompanhamento, discussões e avaliações em conjunto com os participantes do projeto educacional, a fim de exercitar as dimensões educacional, social e política, inerentes a sua função. O Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) que realiza o sistema de educação no Brasil este documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao ensino superior); realiza o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. Segundo Libâneo (2015, p. 35), “[...] a dinâmica organizacional já existente e a cultura da organização escolar, própria de cada escola.” Com relação à gestão democrática.

Os conceitos de inclusão vêm ganhando destaque no discurso educativo, tendo contribuído para que os princípios e orientações preconizados nas declarações oficiais de diversos organismos internacionais e nacionais apontando para significativas mudanças na forma de equacionar o papel e a função da escola na sociedade atual (MADUREIRA; NUNES, 2015). Algumas reflexões feitas pelo autor Bruno (2006): “*Como a escola tem se organizado para responder a essas demandas e necessidades?*” perpassam a análise das relações concretas estabelecidas em sala de aula e o processo de ensino-aprendizagem desses educandos, mas cabe não somente ao professor mediar e resolver essas questões, pois é dever do Estado garantir a acessibilidade ao ensino formal para todos.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência que foi atualizado em julho de 2015 e institui o conhecimento da Lei n. 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que prevê em seu Art. 1º: Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Com isso, é necessário refletir sobre as condições de acesso e permanência das pessoas com deficiência nas escolas do campo e da cidade, considerando que além de reforçar suas especificidades, seja pessoal ou local, devemos quebrar barreiras e propor medidas inovadoras para a escola, para que eles sejam inclusos.

Para a concretização da inclusão, não é necessário só ter observações sobre o atual cenário escolar, é preciso conhecer esses espaços, ouvir os professores, dialogar com pais, gestão escolar, monitores e todo corpo docente. Precisa construir diálogos críticos e construtivos com professores e estudantes dentro das escolas do campo e da cidade, assim teremos educandos pensantes, criadores e críticos de seus próprios conhecimentos no cotidiano escolar (VIEIRA, 2018). Deve se dar destaque nas potencialidades das pessoas com ou sem deficiência em sala de aula e na identificação de suas possibilidades em aprender, pois só assim construiremos condições favoráveis para o processo inclusivo, acessível, permanente e não excludente da diversidade dos sujeitos (PRIETRO, 2008)

É indispensável que a escola não seja seletiva, excludente e conservadora, onde só se aceita um padrão de aluno considerado como “perfeito”. Portanto, é importante ressaltar a necessidade de projetos pedagógicos educacionais críticos que atendam a nova realidade enfrentada, visem não somente o acesso, mas também, a permanência de todos nas escolas e

de práticas metodológicas e avaliativas que forneçam mecanismos que educandos e educadores.

4.2. Gestão Escolar

Sant’Ana afirma que: *“Docentes, diretores e funcionários, apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas”* (SANT’ANA, 2005, p. 228). Conforme afirmou Carneiro “o papel dos diretores escolares é criar condições adequadas para a inclusão de todas as crianças, assim transformando o ambiente escolar em uma gestão participativa e democrática” (2006, p.38). Dessa maneira compete ao gestor o dever de atrair e trabalhar em equipe com todos que cabem aquele ambiente escolar.

Araújo afirmou que é função da gestão escolar democrática inclusiva: “lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura, e com os sentimentos e emoções presentes nas relações dos sujeitos consigo mesmo com o mundo a sua volta” (2005, p.7). Executar funções de modo adjunto por meio de troca de ideias e testes, considerando o trabalho em equipe, fortalecendo propostas coletivas e democráticas.

Conforme SAVIANI “[...] o papel de garantir o cumprimento da função educativa que é a razão de ser da escola. Neste sentido, é preciso dizer que o diretor da escola, é antes de tudo, um educador” (2004, p. 208). Consequentemente, compete ao gestor que tem compromisso e responsabilidade perante a escola, aprovar a concretização das normas que são utilizadas para os objetivos desejados da entidade escolar. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que *“Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias à educação”* (BRASIL, 1990, p.5).

A fim de que as escolas fortaleçam a inclusão é primordial aplicar na formação frequente dos professores, em razão os profissionais da educação nem sempre se sentem preparados, mesmo o ensino regular sendo o espaço apropriado para que tenham uma melhor interação com os estudantes com deficiências. A Escola Inclusiva pode proporcionar a reestruturação no Projeto Político Curricular - PPC, por meio do projeto as escolas apresentam os objetivos e as características frente à comunidade e a equipe de gestores e colaboradores a qual pertence. Esta ação é de grande interesse para a sociedade para que todos se integrem nas modificações que ocorrem com relação aos estudantes e ao espaço escolar.

De acordo com Granemann e Gricoli (2011, p. 132) GRANEMANN e GRICOLI “a construção de um Projeto Político Curricular que privilegie heterogêneas e o protagonismo

dos professores são vistos como chaves para a inclusão” (2011, p. 132). As escolas devem adotar um PPC que seja acessível a todos os estudantes sem discriminação, mesmo para aqueles que precisam de mais atenção por parte dos professores. O processo de inclusão nas escolas proporciona um desprendimento com relação às discriminações, preconceitos, respeito à diversidade, aceitando as diferenças. Assegurando educação para os indivíduos que são marginalizados, oprimidos e excluídos da sociedade.

5. METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado é qualitativo, com objetivos descritivos, onde serão usadas as técnicas de coleta de dados e estudo de casos. Com foco em crianças com déficit de aprendizagem ou alguma deficiência existente. Godoy (1995) afirma que a pesquisa qualitativa, apesar de ter sido utilizada com certa regularidade por antropólogos e sociólogos, só nos últimos trinta anos começou a ganhar reconhecimento em outras áreas, como a psicologia, a educação e a administração de empresas. A pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir os eventos estudados, não aplica instrumental estatístico na análise dos dados, mas sim, parte de questões de interesses amplos, que vão se definindo na medida em que o estudo se desenvolve. *“Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995 p. 58)”*.

As técnicas qualitativas focalizam a experiência das pessoas e seu relativo significado, em semelhança a eventos, processos e estruturas, implantados em cenários sociais (SKINNER; TAGG; HOLLOWAY, 2000). São menos estruturadas, porém mais intensivas do que uma aplicação de questionários fechados, permitindo maior relacionamento e flexibilidade, atingindo maior detalhe e riqueza dos dados (AAKER; KUMAR; DAY, 2004). Permite que o investigador entre em contato direto e prolongado com o indivíduo ou grupos humanos, com o ambiente e a situação que está sendo investigada (MARCONI; LAKATOS, 2011).

O enfoque qualitativo apresenta as seguintes características: o pesquisador é o instrumento-chave; o ambiente é a fonte direta dos dados; não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos; tem caráter descritivo; o resultado não é o foco da abordagem, mas sim o processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno ou objeto de estudo (GODOY, 1995B; SILVA; MENEZES, 2005). Em meio aos estudos qualitativos, aqueles mais comuns, por serem mais conhecidos e utilizados, são o estudo de caso, a etnografia e a pesquisa documental (GODOY, 1995), apesar de, pela sua flexibilidade, não excluírem outras possibilidades de estratégias. Dessa forma o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não se baseia na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; consiste no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência

articulada dos atores envolvidos no fenômeno (RICHARDSON,1999) com o objetivo de desenvolver teorias empiricamente fundamentadas (FLICK, 2009).

Assim mostrando através de estudos e relatos como é o sistema de aprendizagem nas escolas da rede pública para as crianças com déficit de aprendizagem ou alguma deficiência. Estudando estes ocorridos no SEE/MG. O grupo de pessoas estudadas serão professores da rede pública infantil de Minas Gerais que trabalham com crianças com deficiência. da rede pública de ensino. Serão escolhidas estas pessoas para amostra não probabilística com crianças preferencialmente que encontram alguma dificuldade nas escolas. Ela serve para obter dados descritivos e será desenvolvida baseada em pesquisas científicas e relatos sobre a inclusão social na educação infantil da rede pública.

A aplicação do questionário foi realizada diretamente aos professores dos alunos, através de um diálogo online, devido ao período de pandemia que estamos vivendo, no seguinte período de 10 a 25 de outubro de 2020.

Os entrevistados foram os professores dos alunos conforme o seu conhecimento sobre o assunto, respeitando as delimitações de cada criança. Foram feitas as entrevistas em uma cidade sul mineira, com pouco mais de 12 mil habitantes, contando com 1 creche municipal, 2 escolas municipais, que atendem alunos do pré-escola ao quinto ano do ensino fundamental, 1 escola estadual que atende alunos do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio e 1 escola particular que atende alunos do pré-escola ao oitavo ano do ensino fundamental, com foco em toda rede de ensino de Minas Gerais. Dentre as crianças atendidas pela rede pública de ensino na cidade cerca de 20 crianças tem alguma deficiência confirmada por laudo médico e tem garantido um profissional de apoio para ajudar no aprendizado da mesma, mas há ainda crianças que tem alguma deficiência e não são atendidas por profissionais de apoio. As perguntas foram elaboradas pela própria aluna com propensão de seu Orientador, levando em consideração, todos os problemas enfrentados por cada criança deficiente ou com déficit de aprendizagem na rede pública de ensino do governo de Minas Gerais, com preocupação em testar novas possibilidades para realização de uma inclusão maior para cada criança, independentemente de sua diferença. A entrevista, composta por perguntas descritivas, foi aplicada a 10 professores.

O tratamento dos dados se deu a partir do método de análise interpretativa, realizado através da proposta de interpretação qualitativa (MINAYO, 2012). De acordo com Minayo (2012), essa análise ocorre inicialmente na organização do material, leitura e análise a partir do aporte teórico. Foi realizado o entrelaçamento dos dados e informações coletadas de modo

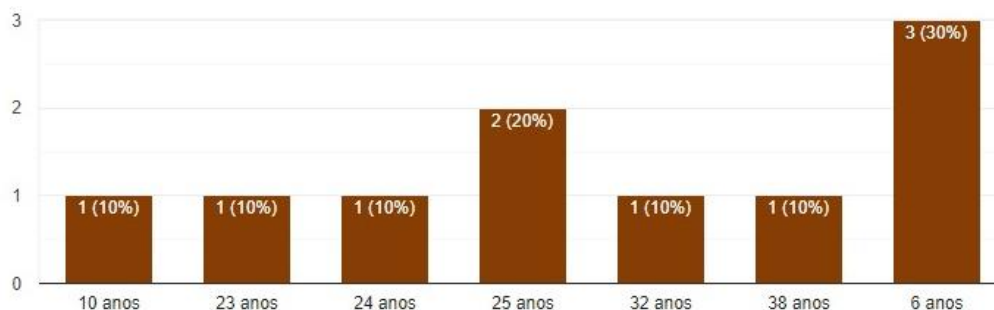
a integrar uma relação entre o objeto de pesquisa em diálogo com os elementos teóricos discutidos.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1. O Perfil do Profissional de Atendimento Especializado em Inclusão Social na Educação Infantil de uma cidade do Sul de Minas Gerais.

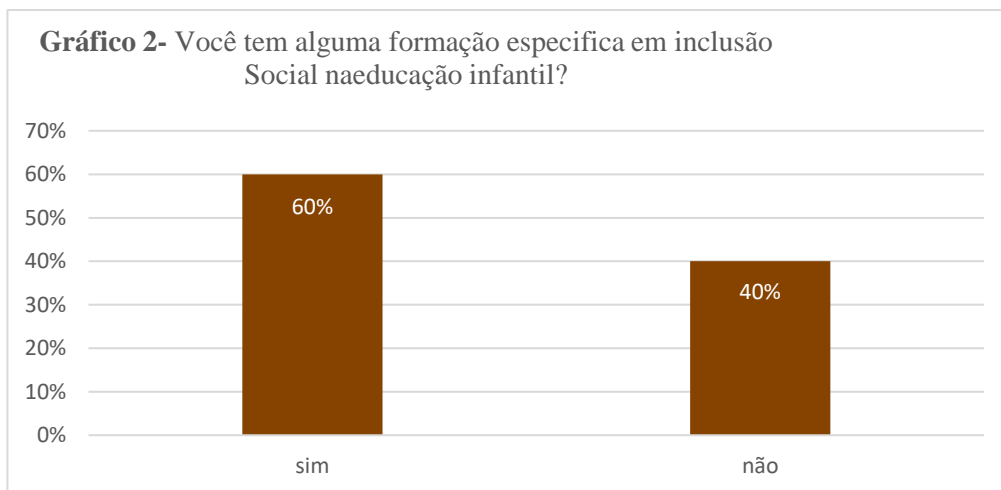
O principal objetivo deste trabalho é adquirir informações e analisar a inclusão social e escolar na modalidade de Educação Infantil da Rede Pública. Obtendo informações exclusivas da população da cidade para saber se realmente há a inclusão social no ambiente escolar, e como isso é vivenciado no dia a dia nas escolas. Durante o período de pesquisa, foi desenvolvido um questionário e enviado por rede social (devido à pandemia), para vários professores que trabalham com a educação inclusiva, dentre os quais, 10 professores da rede pública de ensino da própria cidade se dispuseram a responder anonimamente e contribuir para os resultados da pesquisa. De começo foi realizadas perguntas básicas como: gênero, renda familiar, estado civil e escolaridade e em seguida perguntas mais amplas ao tema: como formação específica (professor), na qual tivemos as seguintes respostas, conforme pode-se ver no gráfico 1.

Gráfico 1 – Há quanto tempo você trabalha na área educacional?



Fonte: Dados da Pesquisa

Em seguida foram realizadas as perguntas: você tem alguma formação específica em inclusão social na educação infantil e há quanto tempo você trabalha na área educacional inclusiva, no qual pode se ver no gráfico 2 e 3.



Fonte: Dados da Pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa

6.2. A Relação da Inclusão Social na Educação

Já as próximas perguntas foram destinadas a ver o que realmente as pessoas (professores) entendem por inclusão e para elas quando uma pessoa é vista como portadora de deficiência, e quais são os facilitadores e limitadores, as respostas foram as mais diversas possíveis, mas todas como os mesmos fundamentos, levando a entender que os profissionais que responderam sabem realmente e entendem sobre a inclusão, apesar de não ser algo tão simples, a partir das respostas sobre inclusão pode-se perceber, que oferecer oportunidades a criança interagindo as suas necessidades especiais dando suporte para que possa integrar bem na sociedade, como oportunidades iguais de acesso a bens e serviços à todos, e como é vista a inclusão as respostas foram quando a pessoa possui um laudo fechado por profissionais ou quando necessita de cuidados e atenção diferenciada. O facilitador mais citado foi acessibilidade e o limitadores falta de acessibilidade em ruas, portas, banheiros, salas e vários outros

ambientes, porém com a análise dos dados coletados, pode-se dizer que os entrevistados ainda tem dificuldades em responder questões simples como qual o facilitador e qual o limitador do processo de inclusão, mostrando que ainda há muito o que se aprender e fazer para que crianças com deficiência tenham seus direitos garantidos, da mesma forma que as demais crianças.

Como podemos observar através das respostas obtidas que por parte dos professores existe uma boa aceitação em trabalhar com o aluno com a inclusão, e que este não é um desafio, e sim à acessibilidade dentro das escolas e a falta de recursos para que a inclusão ocorra. Portanto, cabe ao poder público promover em parcerias as condições necessárias para que a inclusão de qualidade aconteça, e não só matricular nas salas de aula regular e de ensino os alunos, sem dar condições para que essa inclusão aconteça de verdade, pois assim corremos o risco de que esse aluno permaneça na sala, mas sem perspectiva de inclusão, aumentando as desigualdades.

Veiga (2014) aponta que a gestão escolar não significa somente técnica, métodos, mas refere-se à capacidade de compreender e analisar, de forma crítica, a realidade, coordenar, orientar e estimular na busca de resultados com qualidade. Assim, também assume Paro (2016a, 2016b) que a escola, enquanto grupo social, demanda da gestão democrática o alargamento de sua atuação administrativa para a de mediadora de todas as atividades escolares, de modo que possa impactar positivamente o processo de formação integral dos educandos de sua comunidade educativa.

6.3. A Relação com a Inclusão Social na Sociedade

Continuando o questionário foi a vez de perguntas que pudessem contribuir para melhoria da inclusão na sociedade como: o que profissional identifica como um projeto inclusão, qual o entendimento e a diferença dele em relação à inclusão e exclusão, além do que ele acha que é necessário para o desenvolvimento de ações para inclusão. As respostas foram apontadas com proximidade uma da outra, tendo o seguinte êxito: Quando oferece oportunidades de a criança participar de todas as atividades da escola, inserindo sala de recurso nas escolas regulares, uma vez que esta sala contribui para o desenvolvimento da criança com deficiência e sem deficiência nas suas dificuldades de aprendizagem, que está voltado para as pessoas com deficiência.

Sobre a exclusão e inclusão as respostas foram bem diretas, sendo: “Exclusão eliminar barreiras que impeçam qualquer aluno com deficiência, em ambientes escolares e de todas as atividades proposta. Inclusão para mim é refletir sobre o direito

da criança o acesso e a oportunidade à educação e permanência na escola regular, promovendo um ambiente que seja acolhedor e capaz de satisfazer suas necessidades.” E a próxima o que é necessário para inclusão, onde as respostas foram diversificadas tendo assim as seguintes: “Capacitação de professores”; “políticas públicas que atendam a todos”; “mais conscientização das pessoas sobre a importância de que todos devem ter direito aos bens comuns.”

6.4. As Práticas de Desenvolvimento e Inclusão Social na Escola

Na próxima etapa do questionário foi realizado a continuação das perguntas, para que as repostas pudessem contribuir para desenvolvimento escolar na inclusão, mas desta vez, com perguntas relacionadas diretamente ao ambiente escolar como: o desenvolvimento de uma criança com deficiência se é melhor para suas capacidades escolares: em escolas do ensino regular ou especial, se o aluno com deficiência tem problema em acompanhar os demais alunos da sala, se a atenção extra requerida pelos alunos que apresentam deficiência, pode prejudicar a fluidez das aulas dos demais alunos, e por fim umas das perguntas mais esperadas se o profissional acredita que a comunidade escolar é preparada para receber os alunos que apresentam deficiência.

De acordos com os entrevistados as respostas foram as seguintes:

Entrevista com profissionais da educação que trabalham com crianças com deficiência.		
Para você, em que ambiente a criança com deficiência desenvolve melhor suas capacidades escolares: em escolas do ensino regular ou especial?	E1	Depende da necessidade de cada aluno, pra uns e melhor a especial pra outros e melhor a regular
	E2	Depende de cada profissional, e também capacidade do aluno, é necessário que o professor estabeleça uma parceria com a família e a escola para uma coleta de dados que ajudará a selecionar recursos adequados a realidade de cada um indivíduo.
Você acredita que o aluno com deficiência que não consegue acompanhar os demais alunos, prejudica o seu desenvolvimento motor, social, cognitivo e emocional?	E1	Não. Ele deve ser trabalhado de acordo com suas necessidades.
	E2	Não, pois cada um tem um jeito especial de aprender seja pelo olhar, com as mãos etc. O que falta é profissional especializado e capacitados com muita vontade de enfrentar cada desafio.
Você acredita que a atenção extra requerida	E1	Não. Pois estou nessa área a 6 anos e que eu vejo é falta de recursos e profissionais

pelos alunos que apresentam deficiência, pode prejudicar a fluidez das aulas dos demais alunos?		desinteressados nessa área de educação especial.
	E2	Não, trabalho como professora de apoio e acompanho um aluno com deficiência (TEA) os colegas e os professores regentes de sala e tem maior respeito e me respeita como professora de apoio dele, todos sabe que estamos ali para aprender como igual.

Os professores mostraram que promovem dentro de sala de aula a inclusão diminuindo as barreiras intelectuais e sociais para que os alunos possam ter as mesmas oportunidades na sociedade e no mundo do trabalho. Enfim, precisamos rever os conceitos de inclusão presentes nas escolas, pois receber os alunos deficientes não é sinônimo de inclusão. É necessário que a escola facilite, através dos materiais, espaços físicos e profissionais habilitados, a adaptação desses alunos e é preciso que haja um amplo trabalho de conscientização de direitos e deveres para que a legislação possa ser cumprida e todos tenham resguardado o seu direito à cidadania. Pois a educação na cidade precisa ser estruturada adequadamente, como sistemas de organização educacional que funcionem de forma eficaz, para que possa atender a todos, sem exclusão.

Libâneo (2015) ressalta a descentralização do ensino com atribuição de maior poder de decisão e maior autonomia às escolas como uma das estratégias de modernização da unidade escolar em busca de maior eficácia no sistema educativo. Segundo Libâneo (2015, p. 35), para que possamos compreender a dinâmica complexa que infere na organização da escola. Paro (2016a, 2016b) argumenta que é necessária a participação de todos os setores da escola. Sobre os pais, o autor afirma que eles exercem papel fundamental na tomada de decisões, podendo contribuir também para pressionar os altos escalões exigindo recursos e a autonomia de que a escola precisa para o seu funcionamento (PARO, 2016a, 2016b). Já no que se relaciona especificamente à escola no processo de inclusão, a participação dos pais é uma de suas características.

Lück (2015) esclarece que a lógica da gestão educacional deve ser orientada por princípios democráticos e se caracteriza pelo reconhecimento da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões envolvidas no processo educacional como um todo. Por isso, na escola, Lück (2015) menciona a equipe de gestão escolar, enfatizando

a participação responsável de todos os membros da sociedade civil e da comunidade escolar, que assumem compromisso coletivo com os resultados a serem obtidos.

Para finalizar foram realizadas perguntas para o profissional diretamente ligadas a ele e sobre sua contribuição da inclusão em seu ambiente de trabalho, como: sua participação com a inclusão social, avaliação pessoal do desenvolvimento da sociedade em relação a inclusão nas escolas, se as escolas ao redor são inclusiva na opinião deles, e como pra ele é avaliado o papel da gestão escolar na inclusão no município, e para fechar uma pergunta pessoal e de âmbito profissional se fosse possível, uma proposta para realização para um projeto de inclusão. As respostas coerentes foram as seguintes:

Entrevista com profissionais da educação que trabalham com crianças com deficiência.		
Como avalia sua participação com a inclusão social na sociedade?	E1	Satisfatório, hoje todos tem uma conscientização e respeito com o próximo, mas necessita de mais projetos de palestras, conscientização, mais profissionais especializados e terapêutica para atender a demanda de forma eficaz que muitas famílias precisarem ter ajuda para atender melhoria a criança com deficiência.
	E2	É um campo muito amplo, devemos sempre estar nos preparando para receber e incluir as crianças deficientes.
	E3	Avalio como uma forma de aprendizagem, de transformação. Eu também estou aprendendo a incluir todos os dias.
Como você avalia o desenvolvimento da sociedade em relação a inclusão nas escolas?	E1	Há necessidade de mais profissionais preparados.
	E2	A sociedade está começando a entender a importância da inclusão e respeitando mais as diferenças.
	E3	A sociedade ainda está em andamento sobre incluir. É um desafio para a sociedade.
Você considera a escolas ao nosso redor, como escolas inclusivas? Como você avalia?	E1	Não...a escola tenta ser inclusiva, mas não consegue.
	E2	Não. Para se tornarem inclusivas de fato ainda há muito a ser feito.
	E3	Há necessidade de preparação por parte de profissionais e demais áreas.
	E4	Considero que estamos caminhando, as escolas se reinventando, melhorando o atendimento, professores se capacitando, mas depende das políticas públicas de investir mais nos profissionais

		especializados. Eu avalio está em processo de andamento, ainda necessita muito melhorar.
Como você avalia o papel da gestão escolar na inclusão social do município?	E1	Há muito o que fazer nessa área, principalmente materiais adequados para os profissionais trabalhar na inclusão.
	E2	Os gestores precisam seguir a política de inclusão da Rede Estadual de Minas Gerais.
Você mudaria algo, que fosse possível para você, para realização de projeto de inclusão?	E1	Sim. Para atender as crianças com deficiências precisamos de professores com graduação em ensino especial ou pós-graduação em educação especial e inclusiva.
	E2	Sim. Elaboração de projetos voltados a essa área.
	E3	Sim, seria um sonho, incluir todos no mesmo acesso escolar em um, ali colocar todos os profissionais e especializados e terapêutica para atender de forma especializada que ali está incluso como todo e atendendo a necessidade diferenciada sem estar separado. Ter palestra para os pais dos alunos matriculados para conscientização para ajudar seu filho, capacitação para os professores. Assim pais e escolas juntos no melhor para o aluno com mesmos objetivos. Ter sala de recurso para atender em contraturno. Se a criança estuda do período de manhã, tem atendimento especializado no período da tarde e assim vice e versa.

Desse modo, para que a educação alcance seu objetivo de formar o ser humano, sujeito de seu aprendizado, de maneira integral, é preciso uma atuação engajada da gestão escolar. Observando o gestor escolar consciente de seu papel de administrador e líder de uma instituição educativa, seria importante empoderar-se da função de mediador dos processos de ensino e aprendizagem.

Tal postura poderia possibilitar um maior envolvimento e comprometimento de sua equipe. Destarte, a partir deste momento, o do gestor como mediador, é necessário que este possibilite, incentive e invista na formação de sua equipe no que toca à legislação vigente, às teorias pedagógicas e científicas que venham a contribuir com o processo educativo de todos os alunos, à reflexão sobre a prática cotidiana de sala de aula.

O gestor que se propõe a promover uma educação inclusiva mobiliza sua equipe para reavaliar o Projeto Político-Pedagógico da escola, de forma a contemplar as

necessidades de todos os grupos de alunos. Indo além, a gestão democrática e humanizadora de uma escola inclusiva organiza reuniões pedagógicas para que o assunto possa ser discutido pelos professores de todos os níveis de ensino e por toda a comunidade escolar. Igualmente investe na acessibilidade universal à escola e nos recursos necessários às práticas pedagógicas.

Assim, observamos que o processo de inclusão está necessariamente ligado ao papel da gestão escolar, já que representa o ponto de partida de todas as ações praticadas dentro de uma escola, no entanto, diante das perspectivas aqui levantadas, pela abordagem da educação, fica evidente que a participação dos demais sujeitos da comunidade escolar, num modelo de gestão democrática e em que todos participam das decisões, dos planos e das ações, revela-se como uma possibilidade mais concreta de viabilizar a inclusão. Além disso, permite e proporciona conhecimento sobre a teoria e a legislação aos demais envolvidos no processo, além de capacitar e estimular todos os setores a atuarem em sintonia na busca pela efetivação do projeto de inclusão da sua escola.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa realizada foi possível conhecer um pouco mais da realidade dos alunos com deficiência, bem como as dificuldades e aspirações dos profissionais que trabalham com tais crianças.

A pesquisa alcançou os objetivos estabelecidos em sua totalidade, conseguiu-se analisar a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas públicas do município, conhecendo a realidade dos professores, que muitas das vezes não tem capacitação suficiente para trabalhar com crianças com deficiência e que se dedicam ao máximo para garantir que os direitos das crianças sejam assegurados. As escolas estão modificando seus espaços físicos para melhor atender e as crianças com deficiência estão sendo matriculadas na rede regular de ensino e contando com professores de apoio para ajudar o aluno e o professor regente.

Alguns dos profissionais entrevistados consideram não estar totalmente preparados para trabalhar com crianças com deficiência, porém em partes é entendido tais dificuldades, pois a inclusão social e educacional de crianças com deficiência é algo relativamente novo e ainda não se tem consciência e apoio por parte da gestão pública para esses profissionais, uma vez que a gestão do município deve oferecer capacitação necessária para os profissionais, oferecer infraestrutura para as crianças e material adequado e adaptado para elas. A gestão municipal deve oferecer mais recursos humanos para que a criança se sinta segura em ir para escola e se socializar com as demais crianças.

Ficou claro que todos os profissionais que responderam à pesquisa sentem que é importante capacitação dos mesmos e que é preciso uma interação entre gestores públicos, escola, docentes, família e sociedade para uma melhor inclusão de alunos com deficiência na escola e na sociedade.

Um dos problemas encontrados na realização da pesquisa foi a dificuldade de contatar os profissionais, pois com a pandemia e as escolas fechadas não foi possível encontrar e conversar pessoalmente com os mesmos. Por outro lado, consegui despertar nos profissionais o desejo de atuar mais efetivamente com as crianças ajudando-as a terem uma melhor qualidade de vida.

Espero com esta pesquisa despertar outros alunos a buscar melhorias e estudos para uma melhor atuação dos professores, gestores e familiares junto as crianças com deficiência.

8. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. **Escola, democracia e a construção de personalidades morais**. Campinas: UNICAMP, 2005. Acesso em: 14 de maio de 2020.

ALONSO, D. **Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio**. Disponível em: <http://portalantigo.mpba.mp.br/atuacao/educ/educacaoinclusiva/artigos/DES_AFIOS_EDUCACAO_INCLUSIVA.pdf>. Acesso em: 07 maio. 2020.

AMIRALIAN, M. L. T. M. **Desmistificando a inclusão**. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 22, n. 67, p. 59-66, 2005.

ARANHA, M. S. (2000). **Inclusão social e municipalização**. Em E. Manzini (Org), *Educação especial: temas atuais*(pp.1-9). Marília: UNESP-Marília Publicações.

BRASIL. **Ministério da Cultura. Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)**. Brasília, DF, s.d. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/apoio-a-projetos/mecanismos-de-apoio-do-minc/lei-rouanet-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos/>>. Acesso em: 05 out. 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação. Plano Nacional de educação**. Brasília: MEC, 1990.

Brasil. **Recomendação do MPMG e Defensoria Pública de MG**. Belo Horizonte, MG. Disponível em: <http://site.defensoria.mg.def.br/wp-content/uploads/2019/11/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-do-MPMG-e-Defensoria-P%C3%BAblic_20191112074839-1.pdf> Acesso em: 15 jun. 2021.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão**. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BUENO JGS. **Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente**. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

CARNEIRO, Relma U.C. **Formação sobre a gestão escolar inclusiva para os diretores de escolas da Educação Infantil**. Tese - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006

CARVALHO, R. E. Experiências de assessoramento a sistemas educativos governamentais na transição para a proposta inclusiva. **Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 7, p. 39-59, maio, 2003.

CHALITA, G. **Educação a solução está no afeto**. 8ed., São Paulo: Sá editora, 2001.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A atenção educacional à diversidade: escolas inclusivas**. R. Blanco, In: Marchesi, A., Tedesco, J.C., e A sala de aula inclusiva. Daniela Alonso e S. Casarin. São Paulo. No prelo 2012.

GOMES, Márcio (Org.). **Construindo as trilhas para a inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Heccus Editora, 2015.

LIMA PA. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

MARCHESI, A. & MARTÍN, E. (1995). **Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1993).

MAZZOTTA, M. J. S. **Reflexões sobre inclusão com responsabilidade**. *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 165-168, 2008.

NUNES, Clarice; MADUREIRA, Isabel Pizarro, **Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas**. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, 2015. p. 1-19.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2007. p. 5-35.

GODOY, A. S. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas**. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.

GRANEMANN, Incélia Linhares; GRICOLI, Josefa Aparecida Gonçalves. **Educação inclusiva: revisando práticas e trajetórias na escola**. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v.2, n.5, p.131-139, 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Saúde Pública. *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF*. São Paulo: EDUSP, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2016a.

PRIETO, R. G. **Sobre mecanismos de (re) produção de sentidos das políticas educacionais**. In: BATISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS. D.M. *Educação especial: diálogo e pluralidade*. Porto Alegre: Mediação, 2008, p. 25-33.

REIS, M. G. (2000). **O compromisso político-social do diretor como educador**. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000126&pid=S1413-7372200500020000900024&lng=en>. Acesso em: 07 de maio. 2020.

ROSS, P. (1998). **Pressupostos da integração/inclusão frente à realidade educacional**. [Resumo]. Em *Resumos de comunicações científicas. III Congresso Íbero-americano de Educação Especial* (pp. 239-243). Foz do Iguaçu.PR: Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação e do Desporto.

SANT'ANA, Izabella M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. In: *Psicologia em estudo*. Maringá, v.10, n.2, p.227-234, Maio/Ago, 2005.

SAGE, D. D. (1999). **Estratégias administrativas para o ensino inclusivo**. Em S. Stainback & W. Stainback (Orgs.), *Inclusão: um guia para educadores* (M F. Lopes, Trad., pp. 129-141). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1996).

SANTOS, M, P., SOUZA, L. P., ALVES, R. V & GONZAGA, S. A. (2002). **Educação especial: redefinir ou continuar excluindo?** *Integração*, 14(24), 30-33.

SAVIANI. Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 15 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SCHAFFNER, C. B. & BUSWELL, B. E. (1999). **Dez elementos críticos para a criação de comunidades de ensino inclusivo e eficaz**. Em S. Stainback & W. Stainback (Orgs.) *Inclusão: um guia para educadores* (M. F. Lopes, Trad.) (pp. 69-87). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1996).

STAKE, R. E. Case Studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. London: SAGE Publications, 1994. p. 236-247.

THOUSAND, J. & VILLA, R. (1991). **A futuristic view of the REI: a response to Jenkins**, Pious and Jewell. *Exceptional Children*, 57(1), 556-562.

VEIGA, Lígia Correa Lustosa da. **O papel do gestor no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais**. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014. Disponível em: Acesso em: 15 mar. 2021.

VIEIRA, Jaqueline Machado. **Para ver os Mapas com Palavras: Audiodescrição como Recurso Pedagógico no Ensino de Geografia para a Inclusão de Pessoas com Deficiência Visual**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados MS, 2018.